

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA		Fundação Faculdade de Medicina (FFM)		
CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2017 INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA" (ICESP)		CNPJ nº 56.577.059/0006-06		
Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)				
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)	
Ativo/Ativo circulante	Notas	2018	2017	
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.247	57.391	
Contas a receber	6	30.667	6.970	
Outros créditos	-	26	145	
Estoques	7	24.121	25.002	
Despesas antecipadas	-	85	86	
Total do ativo circulante		123.146	89.594	
Ativo não circulante				
Depósitos recursais trabalhistas	-	403	526	
Despesas antecipadas	-	15	29	
Imobilizado	8	12.651	12.874	
Intangível	8	1.008	545	
Total do ativo não circulante		14.077	13.974	
Total do ativo		137.223	103.568	
Passivo e Patrimônio Líquido				
Passivo circulante				
Fornecedores	9	17.400	14.616	
Serviços de terceiros	10	11.453	4.742	
Obrigações sociais e trabalhistas	11	28.831	28.258	
Obrigações fiscais	-	4.485	4.198	
Receitas diferidas	12	20.270	11.615	
Contas a pagar - FFM	13	22.445	1.337	
Outras obrigações	-	3.905	2.314	
Total do passivo circulante		108.789	67.080	
Passivo não circulante				
Receitas diferidas	12	6.114	9.164	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	1.323	626	
Total do passivo não circulante		7.437	9.790	
Patrimônio líquido				
Superavit acumulado	-	20.997	26.698	
Total do patrimônio líquido		20.997	26.698	
Total do passivo e patrimônio líquido		137.223	103.568	
Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)				
		2018	2017	
Déficit do exercício		(5.701)	(9.766)	
Resultado abrangente do exercício		(5.701)	(9.766)	
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)				
1. Contexto operacional: Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). A Fundação Faculdade de Medicina ("Fundação" ou "FFM"), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social em âmbito estadual e municipal em São Paulo. Até 29 de janeiro de 2017, a operacionalização do Instituto ocorreu por meio do convênio nº 98/2014, firmado em 31 de janeiro de 2014 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o HCFMUSP, com intervenção da FFM. Em 10 de setembro de 2014, foi firmado ainda o Convênio nº 1.242/2014, destinado a subsidiar investimentos. Com o término do Convênio nº 98/2014, foi celebrado em 30 de janeiro de 2017 o Contrato de Gestão nº 01/2017 entre o HCFMUSP e a FFM, com vigência de 05 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, para entidades sem finalidades de lucros. b) Uso de estimativas e julgamentos: Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação dos ativos e às provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. c) Moeda funcional de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação. d) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. e) Escopo das demonstrações contábeis: Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2017, en-				
3. Principais políticas contábeis: a) Ativos circulante e não circulante: Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos. b) Caixa e equivalentes de caixa: Representados principalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. c) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. d) Ativo imobilizado e intangível: Registrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:				
	Taxas de depreciação e amortização - %	Taxas médias de depreciação e amortização - %		
Máquinas e equipamentos	10 a 20	16		
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33		
Móveis e utensílios	10 a 20	12		
Computadores	14 a 20	16		
Intangível - softwares	20	20		
e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais. g) Provisões para riscos: As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liqui-				
Receitas operacionais				
Contrato de Gestão nº 01/2017	15	501.973	440.590	
Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	16	19.946	14.348	
Doações e patrocínios	17	7.232	5.682	
Ressarcimento Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo	18	5.527	1.382	
Contribuições do HCFMUSP	19	3.793	-	
Subvenções para investimentos	-	2.004	1.196	
Outras receitas	-	16.720	9.894	
Total das receitas operacionais		557.195	473.092	
Despesas operacionais				
Pessoal	20	(292.688)	(269.917)	
Materiais para consumo	21	(150.018)	(134.950)	
Serviços profissionais	22	(71.777)	(50.310)	
Depreciações e amortizações	8	(3.308)	(2.212)	
Aluguéis de equipamentos e imóveis	-	(8.442)	(8.843)	
Utilidades e serviços	-	(8.534)	(1.153)	
Repasses ao HCFMUSP	23	(8.727)	(7.886)	
Reembolso de custos de administração - FFM	-	(1.062)	(628)	
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	(2.290)	(940)	
Resultado na baixa de imobilizado	8	(2.073)	(2.163)	
Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	6	(8.425)	(2)	
Outras despesas	-	(16.720)	(10.349)	
Total das despesas operacionais		(566.611)	(489.353)	
Déficit operacional antes das receitas e despesas financeiras				
		(9.416)	(16.261)	
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	-	3.728	6.497	
Despesas financeiras	-	(13)	(2)	
Resultado financeiro líquido		3.715	6.495	
Déficit do exercício		(5.701)	(9.766)	
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e para o período de 30 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)				
		2018	2017	
Saldo em 31 de dezembro de 2016				
Saldo líquido de estoque em 31/01/2017 incorporado ao contrato de gestão (Nota nº 4)		16.539		
Transferências de ativos e passivos do Convênio nº 98/2014 e outros (Nota nº 4)		19.925		
Déficit do exercício de 2017		(9.766)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		26.698		
Déficit do exercício de 2018		(5.701)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		20.997		
Resultado acumulado				
Saldo em 31 de dezembro de 2016				
Saldo líquido de estoque em 31/01/2017 incorporado ao contrato de gestão (Nota nº 4)		16.539		
Transferências de ativos e passivos do Convênio nº 98/2014 e outros (Nota nº 4)		19.925		
Déficit do exercício de 2017		(9.766)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		26.698		
Déficit do exercício de 2018		(5.701)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		20.997		
Ativos e passivos				
Despesas antecipadas	45	-	30	75
Despesas judiciais execução trabalhistas	179	-	-	179
Depósitos recursais trabalhistas	451	-	-	451
Fornecedores	(337)	-	(19)	(356)
Serviços de terceiros a pagar	(36)	-	(104)	(140)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3)	-	(4)	(7)
Obrigações fiscais	(66)	-	(4)	(70)
Outras contas a pagar	(81)	-	(29)	(110)
Provisões para riscos trabalhistas	(969)	-	-	(969)
Provisões, férias, encargos e 13º salário	(23.785)	-	(1)	(23.786)
Receitas diferidas	(515)	(919)	(9.273)	(10.707)
Total	(24.201)	(919)	38.139	13.019
Não circulantes				
Despesas antecipadas	-	-	58	58
Imobilizado	2.836	3.232	5.723	11.791
Intangível	618	94	-	712
Receitas diferidas	(1.919)	(1.856)	(1.880)	(5.655)
Total	1.535	1.470	3.901	6.906
Valor líquido transferido ao contrato de gestão				
		(22.666)	551	42.040
5. Caixa e equivalentes de caixa:				
Tipo	Categoria	Referência	2018	2017
Caixa e depósitos bancários			37	6
Aplicações financeiras de liquidez imediata				
Banco do Brasil (a)	Poupança	-	6.984	7.690
Banco do Brasil (b)	FIF	CDI	18.765	14.848
Santander (b)	FIF	CDI	42.461	34.847
			68.210	57.385
Total			68.247	57.391
(a) Aplicação em poupança, cuja a rentabilidade média em 2018 foi de 4,62% (6,80% a.a. em 2017); (b) Aplicações em fundos abertos de investimentos de renda fixa, lastreados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancário (CDIs), com remuneração pós-fixadas em 2018 entre 85,74% e 98,86% da taxa CDI (entre 94,65% e 102,17% em 2017). Essas aplicações são de liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.				
6. Contas a receber: Corresponde aos saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2017, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP.				
		2018	2017	
Contas a receber				
Contrato de Gestão nº 01/2017		38.063	6.519	
Outras		1.049	471	
		39.112	6.990	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)				
Contrato de Gestão nº 01/2017 (*)		(8.290)	(20)	
Outras contas a receber		(155)	-	
Total de perdas estimadas		(8.445)	(20)	
Contas a receber - posição líquida		30.667	6.970	
(*) Refere-se à provisão para perdas em função do não pagamento, pelo HCFMUSP, de saldo a receber decorrente do 1º ano do Contrato de Gestão nº 01/2017 (período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018).				
7. Estoques:				
		2018	2017	
Medicamentos, insumos hospitalares e outros materiais em estoque		24.100	24.994	
Importação em andamento		21	2	
Adiantamentos a fornecedores		-	6	
Saldo final		24.121	25.002	
Em dezembro de 2018, o ICESP realizou baixa de estoque no valor de R\$ 3.268 relativa ao material "anticorpo monoclonal REBMA100", incorporado para uso em estudo clínico finalizado em 2017. Segundo laudos técnicos, o material já não apresentava condições de uso. Os procedimentos para descarte físico encontram-se em andamento.				
8. Imobilizado e Intangível: Correspondem ao ativo imobilizado e intangível do ICESP transferidos dos Convênios nº 98/2014 e nº 1.242/2014, bem como aqueles adquiridos pela FFM por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017. Composição:				
		2018	2017	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada
Imobilizado	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Instalações, máquinas e equipamentos	13.759	(5.625)	8.134	11.062
Instrumentais clínicos cirúrgicos	668	(593)	75	624
Móveis e utensílios	1.645	(874)	771	1.591
Computadores e correlatos	4.461	(1.188)	3.273	1.814
Imobilizações em andamento	398	-	398	3.014
Total	20.931	(8.280)	12.651	18.105
		2018	2017	
Intangível	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Softwares	1.661	(653)	1.008	939
		1.008	939	545

Movimentação do imobilizado:							Valor contábil	
Instalações, máquinas e equipamentos	Edificações, obras complementares	Instrumentais clínicos cirúrgicos	Móveis e utensílios	Computadores e correlatos	Imobilizado em andamento	Total	2018	2017
Saldos em 30 de janeiro de 2017								
Transferências de imobilizado dos Convênios nº 98/2014, nº 1.242/2014 e outros	5.835	-	267	983	1.196	3.510	11.791	-
Adições	321	-	-	2	14	4.954	5.291	-
Baixas	-	(2.163)	-	-	-	-	(2.163)	-
Depreciações	(1.529)	-	(134)	(194)	(188)	-	(2.045)	-
Transferências	2.953	2.163	-	157	177	(5.450)	-	-
Saldos em 31/12/2017	7.580	-	133	948	1.199	3.014	12.874	-
Adições	656	-	44	24	749	3.425	4.898	-
Baixas	-	(2.073)	-	-	-	-	(2.073)	-
Depreciações	(2.142)	-	(102)	(231)	(573)	-	(3.048)	-
Transferências	2.040	2.073	-	30	1.898	(6.041)	-	-
Saldos em 31/12/2018	8.134	-	75	771	3.273	398	12.651	-
Movimentação do intangível (softwares):								
Saldo inicial	2018	2017						
Transferência de intangíveis dos Convênios nº 98/2014, 1.242/2014 e outros (Nota nº 4)	-	712						
Adições	723	-						
Baixas	-	-						
Amortizações	(260)	(167)						
Saldo final	1.008	545						
9. Fornecedores:								
Medicamentos e reagentes	10.228	8.320						
Materiais hospitalares em geral	3.761	3.450						
Cestas básicas	1.012	509						
Refeições e lanches	634	685						
Órteses, próteses e materiais especiais	539	486						
Outros	1.226	1.166						
Total	17.400	14.616						
10. Serviços de terceiros:								
Limpeza e higienização	3.515	461						
Vales refeição	2.713	970						
Manutenção de instalações e equipamentos	1.676	1.172						
Aluguéis de equipamentos e correlatos	875	369						
Saúde (unidades de retaguarda, serviços de radiologia e outros)	741	714						
Outros	1.933	1.056						
Total	11.453	4.742						
11. Obrigações sociais e trabalhistas:								
Férias e encargos sociais a pagar	25.103	24.831						
FGTS a pagar	2.237	2.181						
INSS a recolher	1.359	1.179						
Salários a pagar	130	65						
Contribuições sindicais a recolher	2	2						
Total	28.831	28.258						
12. Receitas diferidas: Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para custeio e investimentos recebidos pelo ICESP. A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado. A movimentação nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser assim demonstrada:								
	Passivo Passivo não circulante		Total					
Saldos em 30 de janeiro de 2017	-	-	-					
Transf. Convênio nº 98/2014 e outros (Nota nº 4)	10.707	5.656	16.363					
Transferências entre circulante/não circulante	113	(113)	-					
Subvenções reconhecidas no exercício	15.417	3.416	18.833					
(-) Apropriações como receitas	(15.465)	(79)	(15.544)					
Receitas financeiras de verbas diferidas	843	284	1.127					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.615	9.164	20.779					
Transferências entre circulante/não circulante	2.483	(2.483)	-					
Subvenções reconhecidas no exercício	27.708	9	27.717					
(-) Apropriações como receitas	(22.084)	-	(22.084)					
Receitas financeiras de verbas diferidas	548	267	815					
(-) Devoluções de verbas diferidas	-	(843)	(843)					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.270	6.114	26.384					
13. Contas a pagar - Fundação Faculdade de Medicina: Referem-se fundamentalmente a saldos de empréstimos de capital de giro efetuados pela FFM face à insuficiência de caixa do contrato (restituídos na medida em que há disponibilidade financeira), além de operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária ocorre no exercício seguinte. A composição em 2018 e 2017 pode ser assim demonstrada:								
	2018		2017					
Empréstimos de capital de giro	22.672	2.228						
Operações pendentes de alocação bancária no contrato	(227)	(891)						
Total	22.445	1.337						
14. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais. Movimentação da provisão para riscos trabalhistas e depósitos judiciais:								
	2017	Adições	Utilização	2018				
Ações trabalhistas	1.631	1.282	(402)	2.511				
(-) Depósitos para garantia de juízo	(1.012)	(1.586)	402	(2.196)				
Outras contingências	7	1.008	(7)	1.008				
Provisão líquida	626	704	(7)	1.323				
As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 12.141 (R\$ 11.134 em 31 de dezembro de 2017). 15. Receitas operacionais Contrato de Gestão nº 01/2017: Referem-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no Contrato de Gestão nº 01/2017 e aditivos. Para o 1º ano do contrato, correspondente ao período de fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, foi pactuado o valor de R\$ 502.662, sendo acordado ainda que os custos de contratos de serviços do ICESP pagos na época diretamente pelo HCFMUSP e não transferidos para a FFM após um prazo de 90 dias, seriam descontados dos repasses. A pactuação formal de valores para o 2º ano do contrato (fevereiro/2018 a janeiro/2019), ainda se encontra em curso. A despeito dos créditos recebidos no período terem totalizado R\$ 474.529, as tratativas entre FFM e HCFMUSP indicam que será pactuado valor similar ao acordado para o 1º ano do contrato, ou seja, R\$ 502.662, sendo o saldo pendente repassado ao longo do exercício de 2019. As receitas nos exercícios sociais de 2018 e 2017, considerando a pactuação celebrada para o 1º ano do contrato e as estimativas para o 2º ano, podem ser assim demonstradas:								
	2018		2017					
Valores acordados (*)	502.662	460.773						
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(689)	(20.183)						
Valor líquido	501.973	440.590						
(*) Montante proporcional em cada exercício conforme os valores pactuados para os períodos contratuais. No exercício de 2018, corresponde a uma parcela relativa ao 1º ano do contrato (janeiro de 2018), e 11 parcelas (fevereiro a dezembro de 2018), relativas ao 2º ano do contrato; no exercício de 2017, corresponde às 11 parcelas relativas ao 1º ano do contrato (fevereiro a dezembro de 2017). 16. Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde: Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com intervenção da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Em 2018, o instituto recebeu medicamentos no valor total de R\$ 22.897, sendo reconhecida a receita R\$ 19.946. Em 2017, tais valores foram respectivamente de R\$ 14.443 e R\$ 14.348. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 12. 17. Doações e patrocínios: São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2018 e 2017 através da FFM, sendo as principais demonstradas a seguir:								
	2018		2017					
Eli Lilly do Brasil Ltda.	2.359	2.315						
Novartis Biociências S/A	1.106	-						
Elektta - Nucletron B.V.	737	-						
Laboratórios Pfizer Ltda.	455	1.457						
Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda.	421	318						
Boston Scientific do Brasil Ltda.	350	6						
Outras	1.835	1.586						
(-) Devoluções	(31)	-						
Total	7.232	5.682						
18. Ressarcimento Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo: Refere-se ao ressarcimento de valores devolvidos pela FFM/ICESP quando do encerramento do convênio nº 98/2014, conforme entendimentos mantidos com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O valor total, de R\$ 6.909, foi pago em 10 parcelas mensais, a partir de novembro de 2017 (R\$ 5.527 em 2018 e R\$ 1.382 em 2017). 19. Contribuições do HCFMUSP: Referem-se a aportes emergenciais realizados no 2º semestre de 2018 por institutos do HCFMUSP, visando contribuir com o financiamento do custeio operacional do ICESP, conforme segue:								
	2018		2017					
Unidade								
Fundação Zerbini	1.500	-						
Instituto de Radiologia	1.293	-						
Instituto de Medicina de Reabilitação	500	-						
Centro de Convenções Rebouças	500	-						
Total	3.793	-						
O processo contemplou também a disponibilização interna de R\$ 5 milhões originados em estudos clínicos do ICESP, dentre outras medidas.								
20. Pessoal:								
	2018		2017					
Salários e ordenados	(241.704)	(224.096)						
FGTS	(19.167)	(17.498)						
Benefícios	(31.817)	(28.323)						
Total	(292.688)	(269.917)						
Em janeiro de 2017, ocorreram despesas com pessoal no valor de R\$ 18.997 que foram financiadas com recursos do convênio nº 98/2014, instrumento que antecedeu o Contrato de Gestão nº 01/2017 para operacionalização do ICESP (vide Nota Explicativa nº 1). Essas operações não são apresentadas nestas demonstrações, que se referem somente ao referido Contrato de Gestão. 21. Materiais para consumo:								
	2018		2017					
Medicamentos e reagentes	(100.555)	(86.482)						
Materiais hospitalares em geral	(29.928)	(27.984)						
Órteses, próteses e materiais especiais	(7.953)	(8.885)						
Outros	(11.582)	(11.599)						
Total	(150.018)	(134.950)						
22. Serviços profissionais:								
	2018		2017					
Limpeza e higienização	(19.433)	(2.392)						
Manutenção de instalações e equipamentos	(18.819)	(13.986)						
Saúde (unidades de retaguarda, serviços de radiologia e outros)	(11.171)	(13.301)						
Técnico administrativos	(9.581)	(9.315)						
Segurança	(4.567)	(942)						
Outros	(8.206)	(10.374)						
Total	(71.777)	(50.310)						
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, quando do início do Contrato de Gestão nº 01/2017 haviam diversos contratos de serviços do ICESP (serviços de limpeza, manutenção, segurança etc.), firmados e pagos diretamente pelo HCFMUSP. Na celebração do contrato de gestão, foi formalmente acordado que os custos desses contratos seriam assumidos pelo HCFMUSP durante os primeiros 90 dias, sendo que, após esse período, os mesmos deveriam ser transferidos para a FFM. Como as transferências formais dos contratos não ocorreram imediatamente após os 90 dias, o HCFMUSP continuou assumindo tais custos, mas descontou os valores correspondentes dos repasses devidos à FFM. Tais descontos concentraram-se predominantemente no exercício de 2017, onde ocorreram abatimentos no valor total de R\$ 20.183. As transferências dos contratos ocorreram gradualmente, entre o final do exercício de 2017 e o início de 2018. Com a efetivação, a FFM passou a assumir diretamente os custos correspondentes. 23. Repasses ao HCFMUSP: Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R\$ 8.727 em 2018 (R\$ 7.886 em 2017). 24. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais: A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 11 de junho de 2015, deferido pelo Ministério da Saúde em 25 de setembro de 2014 (Processo nº 25000.100838/2011-94-MS), através da Portaria nº 946. O pedido para renovação foi tempestivamente apresentado ao Ministério da Saúde (Processo nº 25000.064173/2015-71) e encontra-se em tramitação, sendo o certificado atual válido até que haja decisão sobre esse requerimento (Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, artigo 24). Esta condição, em conjunto com sua natureza jurídica e a observância dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições - cotas patronais - devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros, bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições. Os valores aproximados das principais imunidades e isenções previdenciárias e fiscais usufruídas pelo ICESP no Contrato de Gestão nº 01/2017, caso devidos fossem, podem ser assim estimados:								
	2018		2017					
Cota patronal INSS - folha de pagamento (a)	66.704	60.996						
Cota patronal INSS - prestadores serviço pessoas físicas (a)	172	117						
Total	66.876	61.113						
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (c)	752	-						
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (b)	451	-						
Contribuição Financ. Seguridade Social (Cofins) (b)	2.101	1.664						
Programa de Integração Social (PIS) (c)	456	361						
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) (d)	122	135						
Total	70.758	63.273						
a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas; b) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento; c) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento; d) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados. 25. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o ICESP não possuía instrumentos derivativos. O ICESP está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2018 e 2017 e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O ICESP está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O ICESP adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira:								
	Valor contábil							
	2018		2017					
Ativos financeiros								
Empréstimos e recebíveis								
Caixa e equivalentes de caixa	68.247	57.391						
Contas a receber	30.667	6.970						

Passivos financeiros

Outros passivos

Fornecedores 17.400 14.616
 Serviços de terceiros 11.453 4.742
 Não há risco de liquidez, pois em 31 de dezembro de 2018 o contrato possui capital de giro de 14.357 (22.514 em 31 de dezembro de 2017). **26. Seguros (não auditado):** As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	631.526	631.526
Responsabilidade civil e profissional	9.000	3.000
Total	640.526	634.526

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual é determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração. **27. Outras informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

Diretoria

Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes	Amaro Angrisano
Diretor Geral	Superintendente Financeiro
Prof. Dr. Yassuhiko Okay	Marcus Cesar Mongold
Vice Diretor Geral	Contador - CRC 1SP173756/O-0

As Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação de Medicina em reunião realizada em 10 de abril de 2019.

Relatório do auditor independente

Aos Conselheiros e Administradores do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017 São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" - ICESP (Contrato de Gestão nº 01/2017), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" - ICESP (Contrato de Gestão nº 01/2017), em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Receitas operacionais Contrato de Gestão nº 01/2017:** Chamamos atenção ao mencionado na Nota Explicativa nº 15, de que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) ainda não obteve a pactuação formal de valores junto ao HCFMUSP para o período de fevereiro de 2018 a janeiro de 2019. O termo aditivo correspondente se encontra em processo de celebração, sendo que as tratativas entre a FFM e o HCFMUSP até o momento indicam que o valor a ser definido será de R\$ 502.662. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto. **Outros assuntos:** O Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a FFM é a responsável pela operacionalização do contrato para a execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Fundações, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. São Paulo, 13 de março de 2019

Jefferson Coelho Diniz - CT CRC 1SP-277.007/O-8
 Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1